DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2026i39e69320

A crise da democracia liberal e a ascensão da nova direita

Steve Bautista Ramos[1]
Lúcio Hanai Viana[2]

Resumo

O artigo investiga a emergência da nova direita no contexto da crise da democracia liberal e da consolidação neoliberal, com atenção ao Brasil e aos Estados Unidos. Por meio de abordagem qualitativa e análise crítica de bibliografia, discursos políticos, práticas comunicativas e dinâmicas sociais, examina como narrativas de individualismo, meritocracia e autocracia se articulam à desinformação e à polarização. O referencial dialoga, entre outros, com David Harvey e Jessé Souza. Conclui que a nova direita enfraquece o debate público e as garantias coletivas ao deslegitimar instituições e adversários, manipular ressentimentos sociais e favorecer a disseminação de ideologias extremistas.

Palavras-chave: Nova direita; democracia liberal; neoliberalismo; desinformação; polarização.

Abstract

This article examines the emergence of the new right amid the crisis of liberal democracy and neoliberal consolidation, focusing on Brazil and the United States. Through a qualitative approach and critical analysis of scholarship, political discourse, communication practices, and social dynamics, it explores how narratives of individualism, meritocracy, and autocracy intersect with disinformation and polarization. Its framework engages, among others, David Harvey and Jessé Souza. The article concludes that the new right weakens public debate and collective guarantees by delegitimizing institutions and opponents, mobilizing social resentment, and fostering the spread of extremist ideologies.

Keywords*: New right; liberal democracy; neoliberalism; disinformation; polarization.*

Resumen

El artículo analiza el surgimiento de la nueva derecha en el contexto de la crisis de la democracia liberal y de la consolidación neoliberal, con atención a Brasil y Estados Unidos. Mediante un enfoque cualitativo y el análisis crítico de bibliografía, discursos políticos, prácticas comunicativas y dinámicas sociales, examina cómo las narrativas de individualismo, meritocracia y autocracia se articulan con la desinformación y la polarización. El marco teórico dialoga, entre otros, con David Harvey y Jessé Souza. Concluye que la nueva derecha debilita el debate público y las garantías colectivas al deslegitimar instituciones y adversarios, movilizar resentimientos sociales y favorecer la difusión de ideologías extremistas.

Palabras clave*: Nueva derecha; democracia liberal; neoliberalismo; desinformación; polarización.*

[1] Doutor e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP e licenciado pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). ORCID: https://orcid.org/0009-0000-9560-7291. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5603138157509476. E-mail: stvbramos@gmail.com.

[2] Pós-doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio concluído em 2024. Pesquisador do INCT Observatório das Metrópoles - Núcleo São Paulo e professor de Gestão Pública do Centro Universitário Senac. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0805-6995. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9128283849240976. E-mail: luciohviana@gmail.com.

Público

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O surgimento da nova direita, fenômeno político que ganhou destaque a partir do final do século XX, representa uma resposta às crises e insatisfações geradas pelo modelo econômico neoliberal e pelas promessas não cumpridas do referido mundo pós-moderno (BAUMAN, 1998). Este movimento, que se consolidou em contextos como os governos de Donald Trump nos Estados Unidos (2017 – 2021) e Jair Bolsonaro no Brasil (2019 – 2022), articula uma combinação heterogênea de ideias conservadoras e reacionárias fazendo uso de discursos populistas que exploram a indignação popular contra as elites a partir da falsa ideia de liberdade. Nesse sentido, a nova direita se alimenta de uma narrativa que associa adversários políticos a estereótipos da "esquerda", promovendo uma divisão entre grupos sociais distintos diferenciando-os entre "nós" e "eles". A narrativa enaltece a insatisfação com o conceito de sociedade e exacerba a ideia de indivíduo. Essa prática fomenta conceitos como meritocracia e autocracia baseados em ideologias como "*self made man*" (homem que se elevou pelos seus próprios méritos) entre outras concepções que vulgarizam a percepção de indivíduo e sociedade. Nesse sentido, políticas com teor nitidamente coletivistas, bem como questões identitárias, vão sendo escamoteadas abrindo espaço, em nome das liberdades individuais, ao pensamento reacionário que, em larga medida, representa a ideologia da direita ultraliberal.

Segundo Carapanã (2018), a nova direita consiste em uma combinação heterogênea na qual se misturam conceituações do conservadorismo, do libertarianismo, do reacionarismo e outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial, fazendo com que a aludida nova direita se aproxime de representações que caracterizam o nazismo e ao fascismo. Todavia, isso não significa a compactuação do conjunto da sociedade com ideias de segregação ou supremacia racial, nazistas ou fascistas. Não obstante, tais concepções ganham espaço pois são veiculadas, sem qualquer forma de controle, nos meios de comunicação de massa – incluindo as redes sociais – da nova direita. A rede mundial de computadores permite, portanto, a ampliação dessas vozes sem qualquer tipo de controle que, nitidamente, depõem contra o direito público, os direitos humanos, entre outras normas jurídicas que resguardam a dignidade humana. Na linguagem forjada pela nova direita, a contraposição de seus argumentos representa perseguição política, ideológica e perda da liberdade de expressão.

Segundo Carapanã (2018), o que se assiste na contemporaneidade é a continuidade de uma lógica de acusação, em que a "esquerda" é vista como uma ameaça aos valores tradicionais, utilizando-se de uma narrativa que busca criar um inimigo comum. Essa estratégia

retórica visa unir grupos conservadores em torno do medo da perda de valores e da identidade cultural, perpetuando a ideia de que há uma conspiração em andamento para desestabilizar a sociedade.

> A ideia de um "marxismo cultural" como conspiração parece nova, mas começou coma reedição de uma teoria da conspiração da década de 1930: a do bolchevismo cultural. Ela carregava a mesma obsessão discursiva com uma suposta erosão dos "valores tradicionais" O termo bolchevismo cultural foi usado amplamente pela propaganda do partido Nazista e por outros governos de extrema-direita europeus para denunciar movimentos modernistas nas artes como parte de uma "conspiração bolchevique" para erodir a arte e a cultura europeia" (CARAPANÃ, 2018, p.38.)

A expressão "marxismo cultural" vem sendo utilizado pelo movimento conservador como um levante ideológico da aludida "esquerda", contudo, Carapanã (2018) destaca não se tratar de uma ideia nova, mas sim uma reinterpretação de uma teoria da conspiração que remonta à década de 1930, conhecida como "bolchevismo cultural". Essa teoria afirmava que havia uma conspiração orquestrada por comunistas para minar os valores tradicionais da sociedade, especialmente por meio de movimentos artísticos e culturais que eram vistos como subversivos. O autor destaca também que o "bolchevismo cultural" foi utilizado pela propaganda do Partido Nazista e por outros regimes de extrema direita na Europa para desacreditar e atacar movimentos modernistas nas artes, alegando que esses movimentos eram parte de uma tentativa comunista de destruir a cultura europeia. Assim, a ideia de que a cultura estava sendo corroída por influências externas e "perigosas" se tornou uma ferramenta retórica para mobilizar apoio e justificar ações repressivas contra artistas e intelectuais que promoviam novas ideias.

Miguel (2018) analisa a utilização do marxismo cultural pela nova direita como uma ideologia a ser combatida pois fere a moral, reacionária, dos grupos de extrema direita. É nesse contexto que se analisa a crise da democracia liberal como um sistema político que não cumpriu as aspirações criadas pela referida pós-modernidade aludida por Bauman (1998).

2 A NOVA DIREITA E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

O que diferencia a velha direita que surgiu após a Segunda Guerra Mundial em relação à nova direita é que esta última rejeita a democracia liberal ou mesmo qualquer forma de democracia. De fato, a raiz do pensamento da nova direita remete aos pressupostos da democracia liberal que empreende uma posição veementemente contrária às conquistas progressistas do século XX, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos

Público

trabalhistas, os direitos das mulheres que surgiram da revolução sexual, das instituições políticas multilaterais no nível internacional e o direito universal ao voto e à cidadania plena.

Essa direita, sempre disposta à ruptura, faz uso de uma linguagem, muitas vezes, transgressora ou mesmo insurrecionista que, talvez, possa ser uma ameaça à ordem estabelecida do capitalismo. Este ataque à ordem vigente e às instituições tem por finalidade remover os entraves ao poder corporativo que se inspira na concepção anglo-saxã do conservadorismo combinado ao liberalismo econômico.

A Escola Austríaca, a Escola de Chicago, a Sociedade Mont Pèlerin, representam, em larga medida, o neoliberalismo. Suas ideologias tornaram-se hegemônicas após os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan no decênio de 1980. A Escola de Chicago é endossada por Friedman, um dos expoentes do pensamento neoliberal:

> A Escola de Chicago tem sido a principal força para a transformação das ideias econômicas modernas, promovendo a crença de que mercados livres, competição e mínima intervenção do Estado são as bases para a prosperidade e a liberdade (FRIEDMAN, 1980).

Assim, a nova direita, cujos gurus são Murray Rothbard, Hans Herman Hoppe e seus interlocutores da Escola Austríaca têm em comum o ataque ao Estado Providência como gestor de bens e serviços aos cidadãos. Um exemplo dessa nova direita é Steve Bannon, ex-conselheiro de Trump e incentivador do pensamento da extrema direita europeia. Ele se autointitula como "nacionalista econômico" e afirma que seu objetivo é o desmonte do Estado administrativo (CARAPANÃ, 2018).

Na mesma direção, o investidor Robert Mercer afirma que todos os seres humanos devem ser valorizados de acordo com a riqueza que produzem. Para ele, o Estado garantidor dos direitos civis e humanos que deve ser enfrentado.

> O Estado a ser desmontado é aquele que, segundo essa visão, concederia direitos demais - ou mesmo quaisquer direitos às pessoas ou grupos "errados". Se o neoliberalismo desmontou o Estado de bem-estar social, a nova direita quer atacar o Estado como ente que garante direitos civis, direitos humanos. (CARAPANÃ, 2018, p.37).

A partir dessa percepção, a nova direita difunde a ideia de que há um plano elaborado por "marxistas" para destruir a cultura e a civilização ocidental. Isso posto, a nova direita parte da ideia de que se a revolução não conseguiu tomar os meios de produção, os comunistas passaram a recorrer à estratégia cultural para derrotar o capitalismo.

A esquerda, nesse sentido, está centrada nas questões em torno da representação e das identidades, tornando-a porta voz influente dos movimentos civis a partir da análise crítica do

capitalismo contemporâneo. Vale destacar que seu posicionamento está mais próximo da acepção reformista ao que sugere a extrema direita que a enquadra como revolucionária. As esquerdas, após o mundo soviético, foram orientadas por questões, como democracia representativa, meio ambiente, direitos humanos, multiculturalismo, voto, entre outros, o que denota certa complacência ao sistema econômico vigente.

Esta esquerda liberal, pós-socialista, refere-se aos movimentos que iniciaram nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, sob os governos de Bill Clinton e Tony Blair no decênio de 1990, tais governos, autointitulados de terceira via[3], adotavam a combinação de políticas sociais progressivas junto com políticas fiscais liberais; enquanto as questões identitárias deixaram de ser objeto de reivindicação dos movimentos coletivos passando a ser objeto as discussões sobre subjetividade individual. (CARAPANÃ, 2018).

Vale observar que o chavismo venezuelano, como fenômeno político associado às velhas esquerdas, foi uma forma de estereotipar os movimentos à esquerda pelo neoliberalismo. Na verdade, o *establishment* financeiro empresarial envolveu o neoliberalismo de modo que os conservadores associassem seus adversários de forma estereotipada à esquerda. Com êxito, conseguiram demonizar as políticas voltadas para migrantes, refugiados, homossexuais e minorias étnicas por conseguir convencer de que se tratava de uma conspiração comunista para destruir o mundo ocidental e, junto dele, o capitalismo.

Nesse contexto, Carapanã (2018) faz referência aos ideólogos norte-americanos Pat Buchanan e William S. Lind que trouxeram a narrativa do "marxismo cultural" de volta ao pensamento hegemônico. Esses autores desenvolveram o conceito de conservadorismo cultural como estratégia eleitoral, repetindo a estratégia utilizada durante a Guerra fria, em que se construiu uma narrativa eleitoral que acobertasse o fator econômico do debate, uma vez que o liberalismo havia se tornado consenso. Vale ressaltar que tal estratégia é amplamente utilizada para manutenção do *status quo social*, notadamente nos países latino-americanos que conceberam o neoliberalismo como forma de ascender economicamente. Ainda que tal decisão tenha se frustrado, a assimetria de forças entre as elites dominantes e os movimentos progressistas, ainda fazem persistir, por meio de mecanismos diversos, a hegemonia neoliberal.

[3] Conforme Carapanã (2018), *terceira via* trata-se de governos que adotam em conjunto políticas sociais progressistas junto com políticas fiscais liberais (CARAPANÃ, 2018, p.37)

Públicos

Além disso, Carapanã (2018) chama a atenção para termo bolchevismo cultural [4] que foi utilizado amplamente durante a propaganda do partido Nazista e pelos governos da extrema direita europeia para destruir a arte e a cultura europeia, como também para denunciar movimentos modernistas nas artes.

Ao lado disso, Carapanã (2018) aponta que os conservadores centraram suas pautas em políticas orientadas para o fortalecimento dos valores culturais, como família, educação, moralidade, entre outros que representam seus princípios. Afinal, a criação da ideia do marxismo cultural como adversário estava, praticamente, presente nas mais diversas dimensões, como na educação pública, nos ativismos dos direitos civis, na indústria do entretenimento, entre outros mecanismos como os aparelhos privados de hegemonia, tal como cunhado por Althusser (1983), ao discorrer sobre os aparelhos ideológicos – instituições organizadas para promover, transmitir, divulgar e legitimar um conjunto de valores, práticas e ações, ou seja, a ideologia da classe burguesa por meio da família, da escola, da igreja, das formações jurídicas e dos meios de comunicação e da cultura. Em suma, os aparelhos ideológicos são privados e atuam pelo convencimento e não pela violência como atua o aparelho repressivo do Estado. (ALTHUSSER, 1983).

Este pensamento hegemônico, pautado na teoria da conspiração do marxismo cultural, traz outras ideologias do nazifascismo, como aceitação de teorias de degeneração cultural e outras que disseminam o medo da destruição da família, da propriedade e outros valores do movimento conservador. De acordo com Jessé Souza (2020), as promessas de uma vida melhor, um emprego seguro, um bom salário, o aumento do poder de compra, entre outros, não foram cumpridas pelo neoliberalismo, o que deu margem para o surgimento da nova direita que assumiu o poder com Trump nos EUA e, no Brasil, com Bolsonaro.

Tais acontecimentos deixam claro uma das razões do fracasso da experiência democrática no mundo contemporâneo, a qual está associado ao seu deslocamento da democracia liberal para a neoliberal cuja transformação ocorreu por meio de dois processos convergentes. O primeiro se deve à prevalência da presença do capitalismo financeiro global, a qual suprimiu a soberania dos Estados para atender a vontade soberana dos especuladores financeiros e das agências de notação de crédito e o FMI. Em decorrência do Estado mínimo

[4] Para mais informações a respeito do conceito de bolchevismo cultural, ver: Pat Buchanan e William S. Lind: Ver os artigos de Grant M. Dahl," Buchaman: "Cultural Marxism" Has Succeeded Where Marx and Lenin Failed", CNS News, 19 out. 2011 e de William S. Lind. "Where is Cultural Marxism", Maryland Thursday Meeting, s/d.

e a desregulação das atividades econômicas e financeiras, abriu-se a oportunidade para o surgimento do segundo processo: o fenômeno do fascismo social, o qual se expressa, nas palavras de Boaventura (2016), como um regime social comum às democracias de baixa intensidade por também manifestarem essas características:

> A concentração de riqueza e degradação dos direitos econômicos e sociais estão fazendo com o que o círculo da reciprocidade cidadã se estreite e cada vez mais cidadãos passem a viver na dependência de grupos sociais poderosos que tem o direito de veto sobre seus modos e suas expectativas de vida, sejam eles filantropos, narcotraficantes, latifundiários industriais, empreses de megaprojetos e de mineração (BOAVENTURA, 2016, p. 21).

Assim como analisa Boaventura (2016), a conjuntura atual é nitidamente voltada para o atendimento dos interesses do grande capital em detrimento das garantias sociais que se assistiu, ainda que precariamente, no século XX. Vale ressaltar que entre a democracia liberal e a democracia neoliberal, há um fator importante a ser as destacado. Para a democracia liberal, existem dois mercados: o mercado político – das pluralidades de ideias, convicções e valores com os quais não se negocia por se tratar de convicções ideológicas – e o mercado econômico, que congrega bens e serviços passivos, que é determinado pelo mercado dos valores que podem ser negociados. Os dois mercados são separados em razão dos princípios da democracia liberal. Em contraste, na democracia neoliberal, o mercado político está submetido ao mercado econômico e, por essa razão, o mercado político sucumbe aos interesses do grande capital:

> [...] mesmo no domínio das ideologias e das convicções políticas, tudo se compra e tudo se vende. Daí a corrupção endêmica do sistema político, corrupção não só funcional, como necessária. A democracia, enquanto gramática social e acordo de convivência cidadã, desaparece para dar lugar à democracia instrumental, a democracia tolerada enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social para tanto. (BOAVENTURA, 2016, p. 22).

Assim como Boaventura (2016), David Harvey (2020) reforça a concepção de que neoliberalismo significa a financeirização de tudo de modo a aprofundar o domínio das finanças em detrimento de outras relações econômicas e também do aparato do Estado. Ao analisarem o modelo neoliberal, Dardot e Laval (2016), retomam o pensamento de autores como Von Mises e Hayek, buscando resgatar uma perspectiva que está associada à autonomia do mercado sem a obediência à moral e à lei, uma vez que tal obediência é reduzida ao cálculo entre os benefícios tirados pela transgressão e os riscos da exposição.

Sob esta perspectiva, a exigência por mais governo, implica em maior coesão e menos liberdade para na democracia. Assim, segundo Dardot e Laval (2016), a concepção neoliberal no pensamento Von Mises, é:

Público

> Centrada na valorização da concorrência como fundamento de sociedade. O que há um ponto em comum com o liberalismo clássico que é a limitação do Estado em favor do mercado, deixando em destaque o papel da liberdade econômica sobre a eficácia da máquina econômica e na condução do processo de mercado (DARDOT, 2016, p.134).

Na mesma direção analítica, Jessé Souza (2020) constata que o neoliberalismo é um novo e extremo padrão de riqueza e de renda pelo fato de extrair a renda e a riqueza das classes trabalhadoras para os extratos superiores da elite, ou seja, 1% da sociedade. De acordo com Safatle (2021), trata-se de uma racionalidade política que coloca as relações econômicas espoliadoras acima dos governos e submete a sociedade à lógica do capital de forma a converter suas subjetividades e normas de existência. Nesse sentido, o Estado deixa de ser pensado com um fim em si mesmo e passa a ser definido como um regulador mínimo do mercado, tanto no sentido legal quanto no monopólio de suas forças. Nessa perspectiva, o Estado e todo o seu aparato burocrático-legal passa a ser aprisionado pelas forças do capital que o coloca a serviço de seus interesses, depondo, inclusive, contra o estado democrático de direito.

Não por acaso que, em tempos de democracia neoliberal, observou-se a mudança dos termos como lutas políticas, direitos, justiça, equidade, exploração, entre outros, por expressões emocionais como ódio, frustação, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança, entre outros. Afinal, as falas e as linguagens deixaram de representar as mensagens de embate político no contexto da vida social para conotações individualizantes.

Nesse contexto, observa-se como a democracia liberal, ao longo de sua trajetória, foi progressivamente confrontada por desafios estruturais e conjunturais que colocaram em descrédito os seus fundamentos, notadamente quanto a perspectiva do bem-estar social. Embora tenha oferecido avanços em diversas dimensões, sua capacidade de atender às demandas de amplos setores sociais revelou-se limitada, o que contribuiu para que a ideologia neoliberal ganhasse força, sobretudo a partir do século XXI. Sob a égide desse novo paradigma, não apenas os mecanismos de governança e regulação econômica foram redesenhados, como também os próprios valores e práticas democráticas sofreram transformações substanciais, notadamente no campo social em que a concentração de renda expõe a face espoliadora do capitalismo em sua roupagem neoliberal.

3 A TRANSIÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL AO CAPITALISMO NEOLIBERAL

O capitalismo norte-americano, no contexto em que vigorava o New Deal e seus programas de seguridade social, sob a liderança da fração industrial, buscava reconciliar a relação capital-trabalho desestabilizada pela recessão de 1929. O New Deal Rooseveltiano, com seu caráter social, buscou limitar a supremacia do grande capital e impôs um pacto de conciliação de classe que possibilitou a eleição de Richard Nixon.

A eleição de Ronald Reagan em 1980 ocorreu em um cenário internacional marcado por profundas transformações, impulsionadas pelo conflito árabe-israelense, pelo embargo de petróleo imposto pela OPEP em 1973 e pelo colapso do sistema de câmbio fixo estabelecido pelos acordos de Bretton Woods, que se baseava em reservas de ouro.

A crise de acumulação do capital, por volta da década de 1970, afetou todos os países capitalistas numa profunda onda de desemprego crescente combinada com inflação descontrolada.

> A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra (HARVEY, 2014, p. 23-24).

É nesse contexto que Harvey (2004) desenvolve o conceito de "capitalismo embutido" como uma crítica ao período econômico e político que emergiu após a Segunda Guerra Mundial. Esse termo, segundo Harvey (2004), refere-se ao modelo de regulação econômica que combinava os princípios do liberalismo econômico com uma forte intervenção estatal para promover o bem-estar social e a estabilidade econômica. Essa conjuntura gerou descrença às políticas keynesianas abrindo espaço para que o neoliberalismo se insurgir-se.

Nesse contexto, a crise de acumulação de capital da década de 1970 representou um marco que impulsionou o mundo capitalista a adotar o neoliberalismo como a única resposta considerada viável para o enfrentamento dos repetidos fracassos e a instabilidade gerada por experimentos econômicos desordenados. Esse movimento culminou, nos anos 1990, na consolidação de uma nova ortodoxia, posteriormente denominada Consenso de Washington.

Diante desse cenário, o neoliberalismo emergiu como uma tentativa de restabelecer a ordem capitalista e mitigar seus desequilíbrios, anteriormente atenuados por políticas públicas intervencionistas. Essa teoria ganhou força a partir da articulação de um seleto grupo de economistas, historiadores e filósofos acadêmicos em torno do filósofo político austríaco

Público

Friedrich von Hayek, culminando na criação da *Société du Mont-Pèlerin.* Entre os membros dessa instituição destacavam-se Ludwig von Mises, o economista Milton Friedman e o filósofo Karl Popper.

É neste momento que o neoliberalismo entra em cena com a hegemonia do capital financeiro que submete o capital industrial aos seus interesses. A partir disso, houve o rompimento do acordo do New Deal na qual estava ancorada a força do Estado nação e sua limitação política à ação econômica. Com Nixon, iniciou uma guerra aberta contra o New Deal e ao fluxo de capitais, de modo que foram retiradas as restrições à livre circulação de capitais, abrindo espaço para o capitalismo neoliberal. Nesse contexto os Estados nacionais perdem a capacidade de cobrar impostos da pequena elite que controlava a economia mundial.

Para Souza (2020), os financistas se uniram e passaram a criar regras para desregular a economia para que a atividade financeira operasse sem limites e o sistema corrompido pudesse entrar em funcionamento de forma invisibilizada. De fato, a expropriação econômica acontece mediante a criação artificial da dívida pública para que o orçamento público seja tragado por este mecanismo em que as elites praticam sua corrupção de forma secreta. Isso leva as sociedades a perderem o seu poder aquisitivo, ao contrário dos rentistas que viram seus lucros aumentarem.

Nessas circunstâncias, Jessé Souza (2020) cunha o neoliberalismo progressista que engloba a circulação de capitais e a globalização do capitalismo financeiro, por meio da acumulação do capital, que ocorre pela via das dívidas públicas forjadas para apropriar o orçamento público e acompanhado da flexibilização do fluxo de capitais e da não cobrança de impostos dos ricos. A isso se acrescenta a crescente desigualdade de renda e riqueza, por um lado, e, por outro, a luta por reconhecimento e pertencimento social, frequentemente associada à defesa dos valores conservadores em oposição aos valores progressistas.

De acordo com Jessé Souza (2020), Neoliberalismo progressista trata-se da integração de um lado da circulação de capitais e a globalização do capitalismo financeiro, por meio da acumulação do capital, que ocorre pela via das dívidas públicas forjadas para apropriar o orçamento público e acompanhado da flexibilização do fluxo de capitais e da não cobrança de impostos dos ricos, somado com a crescente desigualdade de renda e riqueza da população; e por outro lado, a luta por reconhecimento de pertencimento social vinculado à proteção dos valores conservadores quanto aos valores progressistas. . (SOUZA, 2020, p .135).

Por conviver tanto com um padrão de reconhecimento ligado à proteção de valores conservadores, como a família patriarcal, o machismo, a homofobia e a xenofobia, quanto com valores progressistas, como a emancipação de minorias, a proteção do meio ambiente e o apoio à diversidade cultural e ao multiculturalismo (SOUZA, 2020, p .135).

De Clinton à Obama, o neoliberalismo progressista conseguiu esconder sua política desapropriadora e geradora de desigualdades por meio de uma falsa pauta igualitária e emancipadora. Basta ver que a 3ª via de Clinton, nos Estados Unidos; Blair, no Reino Unido; e Schröder, na Alemanha, conseguiram destruir a herança ou o que restava das políticas do Estado protetor do New Deal e a social-democracia. Isso ocorreu mediante a aliança de classes que conseguiu angariar apoio da elite de Wall Street, do Vale do Silício, da indústria cinematográfica de Hollywood e dos trabalhadores simbólicos da criatividade e da originalidade para o capital, além é, claro, das forças hegemônicas da "diversidade cultural" posta como emancipação.

Tais trabalhadores mencionados logo acima são considerados uma força de trabalho responsável pela manutenção e reprodução da ideologia do Neoliberalismo Progressista, uma vez que, tomam a pauta progressistas do valores em torno da a emancipação de minorias, a proteção do meio ambiente e o apoio à diversidade cultural e ao multiculturalismo , invisibilizando as reais causas do empobrecimento e do desemprego da manutenção e reprodução do acumulação do capital pelas elites ,decorrentes da gestão governamental do neoliberalismo progressista.

Segundo Souza, (2020), o paradigma progressista que defende a bandeira da emancipação das minorias oprimidas durante os governos Clinton e Obama tornou-se uma falácia. Com a inclusão dos setores perseguidos e marginalizados, mas conforme o prisma ideológico liberal e meritocrático, somente contemplou as precondições de classe para a sua inclusão social, o que deixou na marginalidade a consideração dos interesses amplos setores sociais na marginalidade e assegurando a inclusão de cerca de 10% mais bem posicionados socialmente em relação a maioria.

Tais promessas não cumpridas fizeram aumentar a situação de exclusão e abandono resultando em um sentimento que, conforme Souza (2020), criou ressentimento e desencanto. Esse processo histórico culminou na descrença das pautas progressistas, invisibilizando as reais causas do empobrecimento e do desemprego.

Pública

> As promessas não realizadas do neoliberalismo progressista deram margem ao surgimento de uma "nova direita", a direita que assumiu o poder com Trump e que foi decisiva para a vitória de Bolsonaro no Brasil (SOUZA, 2020, p. 145).

Assim, conforme Souza (2020), esses fatores combinados prepararam o terreno para a extrema direita representada por Donand Trump, o Brexit inglês e a eleição de Jair Bolsonaro assumir o poder. Assim, devido a "consagração" do mantra neoliberal baseado na desregulação das atividades financeiras, os Estados nacionais foram aprisionados pelas elites que passaram a controlar a economia mundial. Situação essa que serviu para aumentar consideravelmente o poder especulativo dos grandes investidores que ameaçam os governos nacionais com a evasão de suas riquezas.

Com efeito, este tipo de desenvolvimento leva a uma escalada de evasão de impostos, paralela a criação de paraísos fiscais, para esconder e lavar dinheiro, ocultando a atividade de fisco no planeta. Assim, perdendo esta fonte de arrecadação, os Estados tornam-se reféns das notas de crédito do mercado internacional que, por conseguinte, reduzem, vigorosamente, a margem para investimentos em políticas públicas, notadamente em políticas sociais. Essa situação é bastante perceptível ao se analisar a realidade política, econômica e social do Brasil.

4 A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

No Brasil, ocorreu durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) por meio da adoção da política para tornar o Brasil uma espécie de paraíso fiscal para o fluxo de desapropriação do capital financeiro internacional. Com FHC, o Brasil entrou numa espécie de clube dos credores que se apropriaram da poupança social e de todo o orçamento público gerado pelo conjunto de impostos. Estes deixaram de servir à população para servir aos bancos e aos investidores em títulos internos e externos fabricados artificialmente em nome da suposta dívida pública que se tornou rentável para consagração da classe dominante vinculada ao rentismo.

O saque ao orçamento público via dívida pública contou com o apoio da "nova esquerda" e da "terceira via", posto que serviu de apoio para ocultar os elementos que governam a nova ordem que surgia.

> Com a liberalização dos fluxos de capital em escala planetária, possibilita-se a formação de uma dominação factual da expropriação financeira em benefício do 0,1%, da qual nenhum governo pode mais se proteger adequadamente (SOUZA, 2020, p.138).

Para Carapanã (2018), a nova esquerda é uma esquerda liberal do contexto pós-soviético, que surgiu dos movimentos pelos direitos civis, cuja a crítica ao capitalismo quando existe é no máximo reformista. Suas preocupações giram em torno das questões de representação e identidades, bem como questões circunscritas a democracia representativa, meio ambiente, direitos humanos, multiculturalismo, voto, representação e reparação histórica (CARAPANÃ, 2018, p.37).

Assim como analisa Souza (2020), o sistema financeiro assume protagonismo internacional nos mais diversos sistemas econômicos, fragilizando os Estados em todas as suas formas de atuação. Para manter esse sistema voltado aos interesses do grande capital, a extrema direita necessitou eleger seus representantes políticos fazendo uso dos mais diversos meios de comunicação. A eleição de Donald Trump contou com o apoio da empresa Cambridge Analytica, acusada de trabalhar em conjunto com o Facebook e ter acessado, para objetivo eleitorais, os dados pessoais de 87 milhões de pessoas sem a autorização[5]. Sua forma de atuação utilizou de mentiras e desinformação e contribuiu substancialmente coma saída do Reino Unida da União Européia em 2020 (*Brexit*). Steve Bannon[6], fundador da Cambridge Analytica, ao assumir posição estratégica na campanha de Trump, ficou responsável pela radicalização do discurso de ódio ao Estado intervencionista. Para isso, articulou o potencial mobilizador do discurso racista, disfarçando-o como defesa nacional e luta contra as elites. Essa estratégia possibilitou articular um conjunto de ideias conservadoras que vinham ganhando força desde 1970 nos EUA, sob a forma de populismo de direita, como uma suposta indignação popular contra as elites do neoliberalismo progressista e da instabilidade que ele causou. Para alcançar esse objetivo, explorou-se a insatisfação popular gerada por décadas de empobrecimento de dois terços da população, em que a riqueza foi sistematicamente concentrada nas mãos das

[5] O escândalo de dados envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica revelou a coleta e o uso indevido de informações pessoais de até 87 milhões de usuários da plataforma. A Cambridge Analytica começou a acessar esses dados em 2014, utilizando-os para influenciar a opinião de eleitores em diversas campanhas políticas ao redor do mundo. A prática gerou intensa controvérsia após uma investigação conduzida pelo programa *Channel 4 News* [canal de televisão Britânico], que expôs como essas informações foram usadas para manipular decisões eleitorais. Em resposta, o Facebook pediu desculpas e declarou que a Cambridge Analytica obteve os dados de forma "inadequada".Fonte: El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-10-19/ideias-para-salvar-nossa-privacidade-em-meio-a-batalha-mundial-pelos-dados.html Acessado em: 28/11/2024.

[6] A partir da atuação à frente da Breitbart News, Bannon se aproximou de Trump e assumiu a sua campanha eleitoral em agosto de 2016. O seu trabalho ganhou notoriedade no ano seguinte na capa da revista Time, que o reconhecia como o verdadeiro cérebro da campanha por suas habilidades publicitárias e manipulatórias. Fonte: Estadão. Disponível em: https://www.estadao.com.br/internacional/steve-bannon-donald-trump-ex-estrategista-preso-1-julho-saiba-quem-e-nprei/?srsltid=AfmBOoqqIlZXGkL-C4_1jGTWUh_C6A0U5A2FEM1TFCJKbsM6koDQGvC2 Acessado em: 28/11/2024

elites. Essa estratégia foi amplificada pelo racismo estrutural, um traço profundamente enraizado na sociedade americana e que, até então, pouco havia sido combatido de forma efetiva.

Segundo Jesse Souza (2020), populismo de direita significa uma suposta revolta popular contra a corrupção das elites do neoliberalismo progressistas e do caos que ele provoca" (SOUZA, 2020, p .158).

A guerra das ideias, segundo Souza (2020), destruiu a pluralidade da mídia, junto com a destruição de sindicatos e associações populares que deixou a maioria da população deslocada da explicação acerca das causas geradoras da sua pobreza e de seu desespero crescente. Segundo o autor, Bannon partiu das clivagens raciais para atacar o discurso multicultural e a defesa das minorias sob a bandeira do "neoliberalismo progressista" como se este tivesse sido do empobrecimento da população.

Ao utilizar a imprensa tradicional como porta-voz das elites, foi possível consolidar uma narrativa que estabeleceu os critérios para diferenciar verdade e mentira nas informações. As principais ferramentas de comunicação de massa empregadas para desinformar a população foram as redes sociais, como Facebook, Instagram e WhatsApp. Essa estratégia resultou no esvaziamento do debate público, comprometendo a qualidade das discussões coletivas e a formação de uma opinião crítica.

Dessa forma, a visão de extrema direita defendida por Bannon e Trump representou a ressurreição do racismo como estratégia política e instrumento de mobilização popular. A massa oprimida, sem compreender plenamente as causas de sua opressão, tornou-se alvo e vítima da manipulação pelas elites. Essa conjuntura encontra paralelo na campanha de Bolsonaro, que foi organizada por estrategistas similares de convencimento e alienação política.

Conforme argumenta Souza (2020), o debate público em torno de questões políticas revela-se imprescindível, uma vez que reflete o embate entre posições conflitantes derivadas de diferentes perspectivas sobre um contexto valorativo e simbólico compartilhado. Todavia, a disseminação deliberada de inverdades compromete os pressupostos fundamentais do debate público racional. Tal prática converte-se em uma estratégia de antagonismo direcionada ao "inimigo", resultando no comprometimento do tecido social e na ruptura dos pactos que estruturam a convivência coletiva.

Segundo Souza (2020), as redes sociais, nesse sentido, serviram de instrumentos de desinformação e alienação de seus usuários, explorando crenças privadas compartilhadas em interações com amigos e familiares. Essas plataformas foram utilizadas como ferramentas para manipular e influenciar o comportamento político, fomentando medos e ódios por meio de conteúdos estrategicamente direcionados. O objetivo central foi mobilizar esses sentimentos - o ódio e o ressentimento -, obscurecendo as causas objetivas de sua condição e concentrando-se na mitigação momentânea das ansiedades e temores gerados pelo desemprego e pelo empobrecimento estrutural do modelo econômico neoliberal.

Observa-se, uma vez mais, a semelhança do método utilizado pelo bolsonarismo para conquistar a vitória nas eleições de 2019, o qual remete à estratégia adotada pela campanha de Donald Trump. De maneira análoga, o bolsonarismo fez uso extensivo de desinformação, particularmente por meio de *fake News* nas principais redes sociais. Tal abordagem foi explicitamente assumida pelo candidato e amplamente disseminada por diversos canais de comunicação, incluindo a mídia conservadora, que, de forma velada, manifestou apoio à sua candidatura[7].

Por outro lado, outra vertente do ataque foi dirigida às políticas de reconhecimento das minorias sociais associadas ao neoliberalismo progressista, sendo, paradoxalmente, dirigida contra o próprio sistema neoliberal. O ódio racial direcionado a negros, mexicanos e muçulmanos passou a ser instrumentalizado como representação das adversidades enfrentadas pelo trabalhador branco americano, empobrecido e desempregado.

Nesse cenário, a expropriação neoliberal persistiu, sustentada pela construção de um discurso que atribuía a culpa ao progressismo, especialmente no que tange à inclusão das minorias e ao multiculturalismo, apresentados como fatores responsáveis pela geração da pobreza e do desemprego.

Nas eleições brasileiras, as questões de interesse coletivo foram progressivamente suplantadas por agressões pessoais, transformando o processo eleitoral em um espaço de expressão para ódios e ressentimentos de ordem privada. Na realidade, a busca por culpados tornou-se central, substituindo a análise racional das questões públicas. Este fenômeno

[7] Matéria divulgada pela revista Veja, conhecida por seu posicionamento ideológico conservador, cujo título afirma a utilização de *fake news* por parte de Bolsonaro: "Bolsonaro admite ordem para espalhar fake news: 'Mandei, qual o problema?' Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/radar/bolsonaro-admite-ordem-para-espalhar-fake-news-mandei-qual-o-problema Acessado em: 29/11/2024.

Público

configura-se como uma das causas subjacentes à nova configuração política, caracterizada pela disseminação de narrativas falaciosas institucionalizadas, reminiscente dos padrões observados nos regimes fascistas clássicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da nova direita, conforme analisado ao longo deste trabalho, configura um fenômeno multifacetado, que emerge como resposta às crises geradas pela democracia liberal, particularmente em razão do não cumprimento de suas promessas, com destaque para a implementação de um estado de bem-estar social efetivo.

Esse movimento, cujas raízes se encontram no desgaste causado pelas sucessivas crises econômicas que impactaram o sistema capitalista ao longo do século XX, culminou na ascensão de uma ideologia ultraconservadora, alinhada ao neoliberalismo em sua vertente autoritária, como evidenciado pelos governos de Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Os governos de Donald Trump e Jair Bolsonaro articulam uma combinação heterogênea de ideologias conservadoras e reacionárias, valendo-se de discursos populistas que exploram a indignação popular em relação às elites. A nova direita, ao promover uma narrativa que segmenta a sociedade em "nós" e "eles", não apenas intensifica as tensões sociais, mas também enfraquece os alicerces da democracia liberal, ao deslegitimar a oposição e minar os direitos civis.

Os prejuízos políticos e sociais decorrentes dessa ascensão são profundos e multifacetados. Politicamente, a nova direita tende a enfraquecer instituições democráticas, promovendo uma retórica que desvaloriza a pluralidade e a diversidade de opiniões, o que pode levar a um ambiente de intolerância e polarização. Socialmente, a ênfase em ideais como meritocracia e individualismo, em detrimento de políticas coletivas e identitárias, resulta na marginalização de grupos historicamente oprimidos, perpetuando desigualdades e injustiças sociais.

Além disso, a nova direita se alimenta de uma crítica ao Estado como garantidor de direitos, promovendo a falsa ideia de que a intervenção estatal constitui como um obstáculo à liberdade individual. Essa perspectiva não apenas deslegitima a função do Estado na promoção de políticas sociais, mas também contribui para a erosão da coesão social, uma vez que as políticas públicas são fundamentais para a mitigação das desigualdades e para a promoção do bem-estar coletivo.

A transição da democracia liberal para a democracia neoliberal representa uma transformação significativa nas dinâmicas políticas e sociais contemporâneas. Enquanto a democracia liberal se fundamenta na separação entre os mercados político e econômico, promovendo a pluralidade de ideias e a proteção dos direitos civis, a democracia neoliberal submete o espaço político aos interesses do grande capital, resultando em uma corrupção endêmica das instituições democráticas.

Nesse novo paradigma, as políticas públicas e os direitos sociais são frequentemente despriorizados em favor de uma lógica de mercado que privilegia a acumulação de riqueza por elites financeiras, levando à erosão das garantias sociais e à crescente desigualdade.

Essa mudança não apenas redefine as relações de poder, mas também compromete a capacidade do Estado de atuar como um agente de justiça social, transformando a democracia em um instrumento de controle econômico e marginalização social, o que, por sua vez, alimenta a insatisfação popular e a ascensão de movimentos políticos reacionários.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BAUMAN, Zygmunt. *Mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CARAPANÃ, Jorge. A nova direita e o marxismo cultural: uma análise crítica. In: MIGUEL, Luis Felipe et al. *O ódio como política*: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. Ilustrações de Laerte, Luiz Gê e Gilberto Maringoni.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIEDMAN, Milton. *Free to choose: a personal statement*. Entrevista à PBS, 1980. Disponível em: https://www.hoover.org/research/free-choose. Acesso em: 19 nov. 2024.

GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. Liberdade é apenas mais uma palavra. In: HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014. p. 11-47.

RAMOS, Steve Bautista. *Educação e transformação sociopolítica: avanços e limites do 'Seminário de Cultura Política e Protagonismo Juvenil' no ensino público da cidade de São Paulo*. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. ed., 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-44.

Pública.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. p. 323-333.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia*: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, Jessé. A gênese americana da destruição do sonho brasileiro. In: SOUZA, Jessé. *A guerra contra o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020. p. 145-164.

SOUZA, Jessé. Da guerra contra os pobres à guerra entre os pobres. In: SOUZA, Jessé. *A guerra contra o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020. p. 130-144.